

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RESENDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Ilmo. Sr. Pregoeiro

Ref.: Edital Pregão Eletrônico nº 150/2023, MARCADO PARA 27/07/2023,

às 10h00min.

Processo nº 12.483/2023

ERRADIK SAÚDE AMBIENTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.221.566/0001-37, com Sede à Rua Israel, nº 13D – QD.252, Bairro Jardim São Cristóvão – São Luís – MA, por intermédio de seu representante legal o Sr. João Paulo Pereira Filho, inscrito no CPF sob o nº 609.013.753-73 e RG nº 042973222011-5, vem tempestivamente, apresentar IMPUGNAÇÃO ao presente Edital, pelas razões aduzidas:

O termo Domissanitário é utilizado para identificar os saneantes destinados a uso doméstico. Estes são substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar. São exemplos de saneantes, os detergentes, alvejantes, amaciantes, ceras, lustra móveis, limpa vidros, polidores de sapatos, removedores, sabões, saponáceos, desinfetantes, produtos para tratamento de água para piscina, inseticidas e raticidas, estes dois últimos descritos no presente edital. Contudo, a produção e comercialização de saneantes domissanitários é regulada por órgãos municipais, estaduais e federais entre as quais: A Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Todos os serviços envolvidos nessa cadeia, como a fabricação, armazenagem, distribuição e transporte devem estar em conformidade com as normas vigentes, portanto solicita-se a impugnação da seguinte licitação para que enriqueça qualificação técnica e adéque-o as exigências legislativas nacionais abaixo especificadas:

DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para garantir suporte técnico, treinamentos dos agentes de saúde, recolhimento de embalagens para descarte, troca de produtos com validade comprometidos a empresa que participar do certame, deverá apresentar os seguintes documentos, no momento habilitação. Obs. Sem estes documentos abaixo a empresa não conseguirá comprar os insumos, todos os fabricantes, multinacionais e fornecedores, solicitam os documentos abaixo para venderem, a venda e a comercialização dos produtos listados abaixo, sem as certificações configura em crime ambiental, para todos envolvidos no processo.

JUSTIFICATIVA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

– ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da empresa;

A finalidade institucional da Agência é promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Além disso, a Agência exerce o controle de portos, aeroportos e fronteiras e a interlocução junto ao Ministério das Relações Exteriores e instituições estrangeiras para tratar de assuntos internacionais na área de vigilância sanitária.

O registro dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, e o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, poderão ser objeto de regulamentação pelo Ministério da Saúde e pela Agência visando a desburocratização e a agilidade nos procedimentos, desde que isto não implique riscos à saúde da população ou à condição de fiscalização das atividades de produção e circulação

– Vigilância Sanitária da empresa;

Criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é uma autarquia sob-regime especial, que tem como área de atuação não um setor específico da economia, mas todos os setores relacionados a produtos e serviços que possam afetar a saúde da população brasileira.

Empresa para comercializar produtos saneantes de uso profissional é preciso ter cadastro na vigilância sanitária.

-Comprovação de Registro do Produto junto a ANVISA;

O registro é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, e sua concessão é dada pela Anvisa. É um controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde.

Para que os produtos sujeitos à vigilância sanitária sejam registrados, é necessário atender aos critérios estabelecidos em leis e à regulamentação específica estabelecida pela Agência. Tais critérios visam minimizar eventuais riscos associados ao produto.

Cabe à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à Anvisa.

O município que usar um produto que não esteja registrado na ANVISA pode ser atuado por crime ambiental, pois existe alto risco de gerar um impacto irreversível a biodiversidade e a população.

-Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA na categoria da atividade: “Comércio de produtos químicos e perigosos”;

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo.

Essa obrigação é compartilhada pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e pelo IBAMA, como partes integrantes do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). O IBAMA atua, principalmente, no licenciamento de grandes projetos de infraestrutura que envolva impactos em mais de um estado e nas atividades do setor de petróleo e gás na plataforma continental.

As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicado a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento.

A Diretoria de Licenciamento Ambiental é o órgão do IBAMA responsável pela execução do licenciamento em nível federal. A Diretoria vem realizando esforços na qualificação, organização e automação dos procedimentos de licenciamento ambiental, e para tanto, disponibiliza aos empreendedores módulos eletrônicos de trabalho e ao público em geral, inúmeras informações sobre as características dos empreendimentos, bem como a situação do andamento do processo.

- Cadastro da Empresa no IBAMA na categoria da atividade “serviços utilidade / prestação de serviços – controle pragas domésticos com aplicação de produtos químicos”. (Esta solicitação se justifica devido as atividades de manutenções periódicas, aferições, calibrações e análises de espectro de gotas produzidas pelos

equipamentos geradores de aerossóis, além dos procedimentos de descontaminação dos equipamentos, lubrificações e limpeza, entre outras atividades constantes no Plano de Manutenção Preventiva/ Preditiva, sendo estas atividades inerentes às EMPRESAS DE CONTRTOLE DE PRAGAS e que envolvem grande exposição aos inseticidas domissanitários de uso restrito, controlados pela ANVISA – MS e preconizados pelo PNCD).

- Licença ambiental emitida pelo Órgão Ambiental do Estado ou do Município sede da empresa para atividades de Comercialização de produtos agrotóxicos e afins, para empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro (INEA), para empresas sediadas em outros estados, no órgão equivalente.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou através da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), submetido a regime autárquico especial e vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente, com a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado.

O que é o licenciamento ambiental?

O licenciamento ambiental é um procedimento técnico-administrativo pelo qual o órgão ambiental competente avalia empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental, autorizando, ou não, sua instalação e operação.

A avaliação envolve o estudo da localização do empreendimento, do seu porte e dos processos construtivo e produtivo utilizados, a fim de verificar se suas características podem provocar interferências negativas no meio ambiente, tais como a poluição do ar, a geração de resíduos, a intervenção em cursos d'água e a supressão de vegetação nativa.

O processo de licenciamento estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas, tanto na fase de instalação do empreendimento como na sua fase de operação.

O licenciamento é uma exigência legal. Destina-se a, entre outros, permitir ao órgão ambiental:

proteger o meio ambiente para as futuras gerações

proteger os ecossistemas, com a preservação de áreas representativas

planejar e fiscalizar o uso dos recursos ambientais

garantir a qualidade dos recursos renováveis

racionalizar o uso do solo, do subsolo, da água e do ar

proteger áreas ameaçadas de degradação

-Atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo este último com firma reconhecida, comprovando que a licitante forneceu produtos semelhantes ao objeto deste edital, para todos os itens.

Finalidade ter certeza que o licitante, já efetuou entregas do objeto solicitado, com isso aumentar a margem de segurança que a empresa ganhadora do certame, fará a entrega sem problemas.

-Apresentar todas as fichas técnicas e FISPQS, dos respectivos produtos no momento da licitação, objetivo verificar se o objeto cumpre com as especificações do Edital.

Função da ficha técnica e FISPQ no momento da licitação, dar ferramentas para os licitantes, pregoeiro e equipe de apoio, constatar se realmente o produto oferecido licitante é realmente o solicitado no edital, sabendo que estes dois documentos trazem toda a informação do produto cotado pela empresa, tipo: formulação, ativo, gramatura, embalagem, pragas alvo entre outras informações importantes, sem este documento é impossível o pregoeiro e sua equipe de apoio, questionar divergências entre os licitantes e seus produtos oferecidos.

- Empresa no momento da licitação deverá apresentar certificados de capacidade técnica emitido pelo fabricante, informando que o presente licitante possui um técnico treinado, para dar suporte técnico e treinamento aos agentes de saúde, referente ao material que será entregue especificado no edital.

Para segurança dos solicitantes o do município é imprescindível que a empresa ganhadora do certame, possua conhecimento e domínio do produto que esta oferecendo ao município, motivo: a empresa ganhadora do certame terá que prestar suporte técnico, treinamento de formulações, acompanhamento de campo, informarem as dosagens, de produtos, diluições e a forma correta de aplicar o produto que esta comercializando, sempre que os técnicos do setor de controle de vetores precisarem.

Os produtos solicitados são de uso profissional, vendido e comercializado somente por empresas deste segmento, todos os documentos que solicitamos são exigidos por lei, estas empresas precisam ter estes documentos, caso contrario o nosso município pode responder por crime ambiental.

Conforme Lei nº 6.360 de 23/09/76, regulamentada pelo Decreto nº 79094/77 e alterada pela Lei nº 9787/99, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação

abaixo apenas na celebração do contrato/ata (Decisão nº 2.731/2015 TCDF), nos seguintes termos:

Licença Sanitária Estadual/Municipal/Distrital vigente e Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) do participante da licitação, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) ou Licença ambiental emitida pelo Órgão Ambiental Estadual/Municipal/Distrital sede da empresa para atividades de Comercialização de produtos agrotóxicos e afins ou documentação equivalente de órgãos competentes, Estadual/Municipal que regem as atividades de comercialização dos produtos objeto deste Termo de Referência e afins;

Ficha com informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ);

Rótulo aprovado junto a ANVISA; Folheto/Ficha Técnica;

Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA na categoria da atividade: “Comércio de produtos químicos e perigosos”;

Licença ambiental emitida pelo Órgão Ambiental do Estado ou do Município sede da empresa para atividades de Comercialização de produtos agrotóxicos e afins;

A empresa deverá apresentar comprovação de: Responsável Técnico devidamente registrado no Conselho da Classe Profissional que regula a atividade; Certificado de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de competente, em plena validade;

Toda a documentação apresentada pelos proponentes deverá ser em cópia autenticada e não será aceita documentação vencida.

O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 trata da documentação necessária para a habilitação técnica em procedimento licitatório. Ali estão listados todos os elementos necessários para que uma empresa apresente à Administração Pública de modo a atestar que está apta a executar as obras ou serviços que serão contratados pelo Poder Público.

O § 1º do art. 30 destaca que a comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes. O inc. I do parágrafo mencionado traz as limitações às exigências:

[...] capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedado às exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

O Tribunal de Contas da União destacou, em acórdão de 2016, a amplitude da análise da capacidade técnica das empresas:

A análise da capacidade técnico-operacional da empresa vai além da comprovação da capacitação do profissional, visto que abrangem também as instalações, o aparelhamento, metodologias de trabalho e processos internos de controle de qualidade, dentre outros aspectos, ou seja, o fato de um responsável técnico de uma determinada empresa ter executado serviço semelhante não garante que a empresa a qual se acha atualmente vinculado a executará de forma satisfatória.¹

A exigência da capacidade técnica, porém, deve ser feita com cautela, de modo a não comprometer desnecessariamente a competitividade do certame, conforme destacou recentemente o TCU em seu Boletim de Jurisprudência:

É vedada a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação da qualificação técnica. Contudo, caso a natureza e a complexidade técnica da obra ou do serviço mostrem indispensáveis tais restrições,

deve a Administração demonstrar a pertinência e a necessidade de estabelecer limites ao somatório de atestados ou mesmo não o permitir no exame da qualificação técnica do licitante.²

A orientação deve ser seguida nos processos de contratações públicas.

Continua frequente a confusão entre capacidade técnica profissional e capacidade técnica operacional. A primeira se refere ao profissional, que deve ter experiência anterior, limitada a “parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação”, sendo vedado exigir “quantidades mínimas ou prazos máximos”. A segunda, que o acórdão acima define ser exceção à restrição – embora a lei assim não trate –, refere-se à empresa. Dessa forma, é possível exigir quantidades, tempos de execução do objeto e prazos de execução – pois o fator tempo demonstra a capacidade operacional de manter ritmo de execução. Essa capacidade há de ser pertinente ao objeto da licitação.

Compare, para melhor compreensão, nos textos abaixo, as partes em negrito, que indicam a permissão para exigir quantidades e prazos da empresa e a vedação para exigir quantidades e prazos do profissional:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por

peças jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativas do objeto da licitação vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; [...].

Do Pedido

Diante de todo o exposto, solicitamos que seja julgado procedente o Pedido de Impugnação e que o referido Edital seja republicado escoimado dos vícios apontados.

São Luís – MA 24 de julho de 2023.